

Brasiliiana Participações S.A.

Informações contábeis intermediárias acompanhadas do relatório sobre a
revisão de informações trimestrais nº 245AA-032-PB

Em 31 de março de 2024



Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024	12

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Av. José de Souza Campos, 507 -
5º andar Cambuí, Campinas (SP)

T +55 19 2042-1036

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Brasiliiana Participações S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Brasiliiana Participações S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.4 às informações contábeis intermediárias, que indicam que a Companhia e sua controlada incorreram em prejuízo no montante de R\$ (2.173) mil, durante o período de três meses findo em 31 de março de 2024 e, nessa data, a Companhia possuía patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 55.577 mil e o passivo circulante excedia o ativo circulante (consolidado) no montante de R\$ 7.644 mil, o que evidencia a dependência de financiamentos e aportes por parte de seus acionistas para o suporte de sua situação patrimonial e cumprimento de suas respectivas obrigações. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.4, esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Campinas, 14 de maio de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028.281/O-4 F SP



Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	6	55	50	96
Investimentos de curto prazo	3	81	216	462	601
Imposto de renda e contribuições sociais a recuperar	4	6	3	15	10
Outros ativos	5	5.637	5.637	5.643	5.643
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		5.730	5.911	6.170	6.350
ATIVO					
<u>NÃO CIRCULANTE</u>					
Imposto de renda e contribuições sociais a recuperar	4	1.472	1.457	3.846	3.798
Depósito judicial		28	28	28	28
Outros ativos	5	14.294	15.696	14.294	15.696
Investimento	6	2.907	2.872	—	—
Imobilizado		—	—	95	95
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		18.701	20.053	18.263	19.617
TOTAL DO ATIVO		24.431	25.964	24.433	25.967

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
<u>PASSIVO</u>					
<u>CIRCULANTE</u>					
Fornecedores	8	6.623	7.010	6.624	7.012
Tributos e contribuições sociais a pagar		158	167	159	168
Obrigações de venda de controlada	7	7.031	12.348	7.031	12.348
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		13.812	19.525	13.814	19.528
<u>PASSIVO</u>					
<u>NÃO CIRCULANTE</u>					
Obrigações de venda de controlada	7	18.892	18.409	18.892	18.409
Contas a pagar a partes relacionadas	15	47.304	41.434	47.304	41.434
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		66.196	59.843	66.196	59.843
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>					
Capital social subscrito e integralizado	10.1	85.299	85.299	85.299	85.299
Reservas de capital	10.3	3.937	3.937	3.937	3.937
Prejuízos acumulados		(144.813)	(142.640)	(144.813)	(142.640)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(55.577)	(53.404)	(55.577)	(53.404)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.431	25.964	24.433	25.967

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Para os períodos de 3 meses findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Gerais e administrativas		(30)	(63)	(36)	(69)
Outras despesas operacionais		(16)	(13)	(18)	(13)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(46)	(76)	(54)	(82)
Resultado de equivalência patrimonial	6	35	46	—	—
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(11)	(30)	(54)	(82)
Receitas financeiras	12	35	167	79	236
Despesas financeiras	12	(1.534)	(1.620)	(1.535)	(1.637)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(1.499)	(1.453)	(1.456)	(1.401)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(1.510)	(1.483)	(1.510)	(1.483)
PREJUÍZO DO PERÍODO DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(1.510)	(1.483)	(1.510)	(1.483)
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	7 e 13	(663)	(1.616)	(663)	(1.616)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(2.173)	(3.099)	(2.173)	(3.099)
Por ação Preferencial e Ordinária	11	(0,00395)	(0,00563)	(0,00395)	(0,00563)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Para os períodos de 3 meses findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
PREJUÍZO DO PERÍODO	(2.173)	(3.099)	(2.173)	(3.099)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO	(2.173)	(3.099)	(2.173)	(3.099)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Para os períodos de 3 meses findos em 31 de março de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	85.299	3.937	(145.125)	(55.889)
Prejuízo do período	—	—	(3.099)	(3.099)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023	85.299	3.937	(148.224)	(58.988)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	85.299	3.937	(142.640)	(53.404)
Prejuízo do período	—	—	(2.173)	(2.173)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024	85.299	3.937	(144.813)	(55.577)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os períodos de 3 meses findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Atividades operacionais:					
Prejuízo do período nas operações em continuidade		(1.510)	(1.483)	(1.510)	(1.483)
Ajustes para conciliar o prejuízo do período com o caixa das atividades operacionais					
Varição monetária		—	71	—	86
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		(3)	—	(14)	(13)
Juros sobre empréstimos partes relacionadas		130	433	130	433
Atualização monetária de depósitos judiciais		—	(71)	—	(88)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(35)	(46)	—	—
TOTAL		(1.418)	(1.096)	(1.394)	(1.065)
Varição de ativos e passivos operacionais		987	662	944	615
TOTAL		(431)	(434)	(450)	(450)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		11	—	56	73
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		128	—	105	(38)
TOTAL DO CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(292)	(434)	(289)	(415)
Atividades de financiamento:					
Mútuo de partes relacionadas	15	5.740	—	5.740	—
TOTAL CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		5.740	—	5.740	—
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS EM DESCONTINUIDADE		(5.497)	(2)	(5.497)	(2)
Varição no caixa líquido da Companhia		(49)	(436)	(46)	(417)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		55	684	96	707
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6	248	50	290

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADA

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os períodos de 3 meses findos em 31 de março de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(46)	(76)	(54)	(82)
Outros despesas operacionais	(16)	(13)	(18)	(13)
Serviços de terceiros	(30)	(63)	(36)	(69)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(46)	(76)	(54)	(82)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(46)	(76)	(54)	(82)
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(593)	(1.403)	(584)	(1.380)
Receitas financeiras	35	167	79	236
Resultado de participações societárias	35	46	—	—
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas	(663)	(1.616)	(663)	(1.616)
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(639)	(1.479)	(638)	(1.462)
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(639)	(1.479)	(638)	(1.462)
Tributos (Governo)	—	—	—	—
Federais	—	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social	—	—	—	—
Remuneração de capitais de terceiros	1.534	1.620	1.535	1.637
Juros	1.534	1.620	1.535	1.637
Remuneração de capitais próprios	(2.173)	(3.099)	(2.173)	(3.099)
Prejuízo do período	(2.173)	(3.099)	(2.173)	(3.099)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis
para os períodos de 3 meses findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasileira Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 16 de fevereiro de 2007, controlada diretamente pela AES Holdings Brasil Ltda. ("AHB"), sendo esta, por sua vez, uma controlada da The AES Corporation. A Companhia exerce atualmente o controle acionário na AES Elpa S.A. ("AES Elpa") mediante participação direta no capital dessa sociedade.

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

1.1 Dados sobre subsidiária

AES Elpa S.A. - A Companhia detém o controle da AES Elpa, que é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou membro de consórcio com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Em 14 de maio de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis, submetendo-a, nesta data, à análise prévia do Conselho Fiscal e deliberação do Conselho de Administração.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

2.2 Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das informações contábeis, a Companhia e sua controlada fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e sua controlada adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e sua controlada são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das informações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: provisão para processos judiciais e outros, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração e valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as informações contábeis. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

2.4 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

As informações contábeis da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade, indicando que conseguirá cumprir com os pagamentos das obrigações divulgadas nas notas explicativas Obrigações com Venda de Controlada e Provisões para Processos Judiciais e outros (Notas 7 e 9).

A Companhia e sua controlada apresentaram prejuízo de R\$ (2.173) durante o período findo em 31 de março de 2024 e, nesta data, a Companhia possui patrimônio líquido negativo de R\$ (55.577) e capital circulante líquido consolidado negativo (os passivos circulantes consolidados excedem os ativos circulantes consolidados) de R\$ 7.644. Os principais passivos da Companhia são as obrigações estabelecidas no contrato de compra e venda das ações da Uruguaiana (antiga controlada), em que a Companhia é responsável pelos processos judiciais descritos na nota 7, e outros processos judiciais da Companhia conforme descritos na nota 9.

Como a Companhia e sua controlada dependem de financiamentos e aportes a serem acordados com os seus acionistas e ambas as situações não representam um compromisso formalizado, essas condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a sua continuidade operacional. Se a Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, podem existir impactos na realização dos seus ativos e cumprimento de certas obrigações, pelos valores reconhecidos em suas informações contábeis.

- Controlada AES Elpa

A controlada AES Elpa não possui qualquer investimento em outras sociedades. Desta forma, não há fonte de recebimento de caixa advinda de dividendos. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a controlada AES Elpa possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros. A Administração da controlada AES Elpa, tendo por base projeções de fluxo de caixa dos próximos doze meses e considerando o baixo nível de compromissos de curto prazo previstos e seu nível atual de disponibilidades, entende que não haverá insuficiência de caixa no curto prazo.

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia e sua controlada são baseadas em relatórios consolidados. A Companhia e sua controlada são holdings não operacionais. Consequentemente, a administração Companhia concluiu que possui apenas o segmento Holding como passível de reporte.

2.5 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia, sua controlada é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As informações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Critérios de consolidação

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a controladora e controlada são eliminados.

O período social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior. As transações entre a controladora e empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e sua controlada, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

A seguinte entidade é considerada como controlada da Companhia e estão incluídas nas informações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		31/03/2024	31/12/2023
Participação direta:			
Elpa	Holding	100 %	100 %

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses, são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo".

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Caixa e equivalentes de caixa

Tipo de operação	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Numerário disponível	6	55	50	96
Total	6	55	50	96

Investimentos de curto prazo

Tipo de operação	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
CDB-DI	81	216	462	601
Total	81	216	462	601

Os investimentos de curto prazo em 31 de março de 2024 estão representados por operações com CDB com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 103% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (103% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
<u>CIRCULANTE</u>				
Imposto de renda retido na fonte	6	3	15	10
Total	6	3	15	10
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Imposto de renda	1.472	1.457	3.843	3.795
Contribuição social	—	—	3	3
Total	1.472	1.457	3.846	3.798

A Companhia e sua controlada são tributadas pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL).

O saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar na Companhia e sua controlada, referem-se principalmente a créditos fiscais de anos anteriores. A Companhia e sua controlada, protocolaram pedidos de restituição junto à Receita Federal do Brasil e a realização desses ativos ocorre após o deferimento dos pedidos de restituição ou da sua compensação com outros débitos relativos a tributos federais. Devido à incerteza quanto ao prazo de resposta dos pedidos de restituição ou compensação, a Companhia e sua controlada passaram a reconhecer esses saldos como ativo não circulante.

5. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
<u>CIRCULANTE</u>				
Seguros a apropriar (i)	5.637	5.637	5.637	5.637
Outros	—	—	6	6
Total	5.637	5.637	5.643	5.643
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Seguros a apropriar (i)	14.294	15.696	14.294	15.696
Total	14.294	15.696	14.294	15.696

(i) Em 30 de junho de 2022, foram renovados duas apólices junto ao BMG Seguros, que garantem dois processos tributários nos montantes de R\$ 653.273 e R\$ 2.119. O prazo de vigência das duas apólices é até 30 de junho de 2027.

Em outubro e dezembro de 2023, foram renovados duas apólices junto a Fairfax Brasil Seguros, que garantem dois processos judiciais tributários nos montantes de R\$ 87.106 e R\$ 4.968. O prazo de vigência das duas apólices é dezembro de 2028 e fevereiro de 2029 respectivamente.

6. INVESTIMENTO

Composição do investimento	AES Elpa
Participação direta	
31/03/2024	100,00%
31/12/2023	100,00%
Quantidade de ações ordinárias - 31/03/2024	93.404.112
Percentual de participação em ações ordinárias - 31/03/2024	100,00%
Quantidade de ações ordinárias - 31/12/2023	93.404.112
Percentual de participação em ações ordinárias - 31/12/2023	100,00%
Valor do capital social	
31/03/2024	12.780
31/12/2023	12.780
Patrimônio Líquido	
31/12/2023	2.872
% de participação	100,00%
Saldo do investimento	2.872
Patrimônio Líquido	
31/03/2024	2.907
% de participação	100,00%
Saldo do investimento	2.907
Resultado do período	
31/03/2024	
Lucro da controlada no período	35

Movimentação do investimento	AES Elpa
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.726
Equivalência patrimonial	146
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.872
Equivalência patrimonial	35
Saldo em 31 de março de 2024	2.907

7. OBRIGAÇÕES DE VENDA DE CONTROLADA

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
<u>CIRCULANTE</u>		
Provisão para processos judiciais e outros (a)	—	5.497
Provisão para processos judiciais e outros (b)	7.031	6.851
Total	7.031	12.348
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Provisão para processos judiciais e outros (b)	18.961	18.477
Earn-Out a receber (c)	(69)	(68)
Total	18.892	18.409

De acordo com o contrato de compra e venda de ações a Companhia continuará sendo responsável pelas seguintes contingências referentes à Uruguaiana após o *closing* da operação:

(a) Provisão para processos judiciais e outros com probabilidade de perda provável

- Ressarcimento ANEEL - Em 12 de junho de 2020 a Uruguaiana impetrou um pleito junto à Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), requerendo o ressarcimento dos custos da operação emergencial da UTE Uruguaiana que ocorreu em 2015 com base no atendimento do Ofício nº 003/2020-SRG/ANEEL de 8 de janeiro de 2020. O total do pleito foi de R\$ 28.006, no entanto a Uruguaiana tem uma obrigação com a Sulgás referente a custos de *Demurrage* e *Boil off* que totalizam R\$ 13.305 e que devem ser liquidados quando a ANEEL efetuar o ressarcimento à Uruguaiana. Desta forma o valor justo desse ativo foi inicialmente estimado em R\$ 14.701, registrado como outros ativos não circulante. No entanto, em 26 de janeiro de 2021, a ANEEL, por meio do Ofício nº 001/2021, responde à sua ex-controlada Uruguaiana sobre o pleito realizado, informando que inicialmente de acordo com os seus controles não há um valor a receber pela Companhia e sim um valor a pagar. Por força de obrigações contidas no SPA de venda da antiga Uruguaiana, a Brasileira foi notificada a pagar uma indenização no valor de R\$ 5.497 relativo a perda indenizável oriunda da discussão relacionada ao processo nº 48500.007124/2008-77, respeitado o limite de indenização prevista no próprio SPA. Em janeiro de 2024, essa indenização foi quitada.

(b) Provisões para processos judiciais e outros com probabilidade de perda possível

- Compensações Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL - A Uruguaiana foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas relativas a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre informações contábeis e fiscais.

Em julho de 2016, a Uruguaiana foi intimada da decisão que negou provimento ao recurso especial relativo a duas compensações administrativas (COFINS e CSLL). Em relação a essas duas compensações não há mais a possibilidade de recurso e, em setembro de 2016, foi ajuizada ação declaratória para possibilitar a garantia do débito, através de seguro garantia, e a consequente suspensão da exigibilidade do débito, na qual se aguarda decisão de 1ª instância. Em outubro de 2016, os débitos foram inscritos em dívida ativa e, portanto, sofreram o acréscimo dos encargos legais estabelecidos pelo Decreto lei nº. 1025/69. Em outubro de 2016, foi ajuizada Execução Fiscal para cobrança dos débitos objeto da garantia. Em novembro de 2016, a Companhia apresentou Embargos à Execução Fiscal para discutir o mérito do processo, no qual se aguarda decisão de 1ª instância. Diante dos fatores expostos, a Companhia entende, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, que a probabilidade de perda dessa causa continua possível. Quanto às demais compensações, aguarda-se o julgamento na esfera administrativa. O valor atualizado, em 31 de março de 2024, é de R\$ 25.992 (R\$ 25.329 em 31 de dezembro de 2023).

(c) Earn-out a receber

O Contrato de compra e venda de ações define que a Companhia deve receber uma quantia equivalente a R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) por MW gerados pela Uruguaiana após a data do *closing* até a data de 31 de dezembro de 2026 sendo que esse valor está limitado a R\$ 41.000. Para mensurar o valor justo desse montante a Companhia contratou uma consultoria externa que com base em projeções futuras do PLD e do preço do gás estimou um valor justo de R\$ 13.150 a ser recebido até 31 de dezembro de 2026. Para o cálculo do valor presente foi considerada uma taxa de desconto de 8,90% a.a e, assim, o valor justo na data da venda foi calculado em R\$ 9.588. Em dezembro de 2023, devida a probabilidade baixa de despacho térmico, a Companhia realizou uma reavaliação e reduziu o saldo em R\$ 8.545. O valor atualizado em 31 de março de 2024 é de R\$ 69 (R\$ 68 em 31 de dezembro de 2023).

A movimentação das obrigações de venda de controlada é como segue:

	31/12/2023	Atualizações monetárias	Pagamentos (i)	31/03/2024
<u>CIRCULANTE</u>				
Provisão para processos judiciais e outros	12.348	180	(5.497)	7.031
Subtotal	12.348	180	(5.497)	7.031
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Provisão para processos judiciais e outros	18.477	484	—	18.961
Earn-Out a receber	(68)	(1)	—	(69)
Subtotal	18.409	483	—	18.892
Total	30.757	663	(5.497)	25.923

(i) Refere-se ao pagamento do processo judicial relativo ao ressarcimento da Uruguaiana, vide nota 7 (a).

8. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
<u>CIRCULANTE</u>				
Seguros a pagar (i)	6.617	6.617	6.617	6.617
Outros	6	393	7	395
Total	6.623	7.010	6.624	7.012

(i) Trata-se de seguros garantia de processos judiciais, vide nota 5.

9. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

9.1 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e de sua controlada.

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Fiscal	888.613	878.267
Cível (i)	Não determinado	Não determinado
Total	888.613	878.267

(i) Os processos cíveis não possuem valor quantificável e por isso deve-se considerar os saldos como não determinado para o período findo em 31 de março de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A seguir a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$ 5.000 e relevância do tema.

(a) Fiscal

(a.1) Auto de infração – aproveitamento de prejuízo fiscal

Em 02 de junho de 2010, a Companhia recebeu o Auto de Infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de aproximadamente R\$ 677.690 atualizado até 31 de março de 2024 (R\$ 635.660 em 31 de dezembro de 2023) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei 9.065/95, motivada pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A.

Em sua defesa, a Companhia apresentou Impugnação Administrativa alegando, em síntese, que, por absoluta ausência de previsão legal, a limitação imposta pela Lei nº. 9.065/95 não se aplica aos casos de incorporação, uma vez que, com a extinção da empresa incorporada, a integralidade do crédito não poderia ser compensada em exercício posterior. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável à Companhia em 1ª instância. Em 2ª instância, foi apresentado Recurso Voluntário, para o qual foi proferida decisão desfavorável em outubro de 2012. Por consequência de tal decisão desfavorável, em outubro de 2012, a Companhia apresentou Embargos de Declaração. Em maio de 2015, foi proferida decisão que acolheu os embargos de declaração para negar provimento ao recurso voluntário. Em seguida, foi interposto recurso especial. Em março de 2016, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso especial. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em abril de 2016, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração da Companhia. Como não existia mais a possibilidade de recurso administrativo, em maio de 2016, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com o intuito de continuar discutindo judicialmente a questão. Em novembro de 2016 foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação. Em maio de 2018, a Companhia foi citada nos autos da execução fiscal que visa a cobrança dos débitos em questão. Em decorrência, foi solicitada a transferência da garantia para a execução e opostos embargos à execução fiscal, em abril de 2021, foi proferida decisão de primeira instância que rejeitou os embargos à execução, sem a análise do mérito. Em face dessa decisão a Companhia opôs embargos de declaração. Em maio de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração. Em face desta decisão, a Companhia interpôs o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento.

(a.2) Compensações administrativas – saldos negativos de IRPJ e CSLL

Em 11 de janeiro de 2011, a Companhia apresentou recurso administrativo em face do Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tietê Empreendimentos, e compensados com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Companhia é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável na 1ª instância administrativa. Em decorrência, foi interposto recurso voluntário.

Em agosto de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância administrativa que deu parcial provimento a este recurso. Em julho de 2017, foram opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em março de 2018, a Companhia interpôs recurso especial. Em outubro de 2018, foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial. Com o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável a Companhia, em janeiro de 2019, foi distribuída ação judicial para apresentar seguro garantia, para fins de suspensão da exigibilidade do débito. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Companhia opôs embargos a execução. Em 10 de julho de 2020, foi proferida sentença que julgou improcedentes os embargos à execução opostos pela Companhia. Em face da referida decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia interpôs o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Receita Federal exigirá o pagamento de aproximadamente R\$ 88.504 atualizado até 31 de março de 2024 (R\$ 83.868 em 31 de dezembro de 2023).

(a.3) Compensações administrativas – créditos de IRRF

Em junho de 2010, a Companhia foi intimada de Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, existentes em função da distribuição de Juros sobre Capital Próprio – JCP realizada por sua antiga controlada indireta Eletropaulo. Em decorrência, foi apresentada defesa administrativa. Em abril de 2011, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Em face desta decisão, a Companhia apresentou recurso voluntário.

Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância administrativa, a qual deu integral provimento ao recurso voluntário da Companhia, cancelando a cobrança consubstanciada no processo em questão. Em fevereiro de 2019, a Companhia tomou conhecimento de que a Procuradoria não interpôs recurso especial. Com isso, tornou-se definitiva a decisão favorável a Companhia. No entanto, após o retorno dos autos para a Delegacia da Receita Federal, foi emitida carta cobrança informando a existência de suposto saldo em aberto no valor de R\$ 5.014, atualizados até 31 de março de 2024. Em decorrência, a Companhia impetrou Mandado de Segurança para discutir a legalidade da cobrança em questão. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Companhia opôs embargos à execução, os quais tiveram seu provimento negado. Diante desse cenário, a Companhia interpôs recurso de apelação e, atualmente, aguarda-se julgamento em segunda instância.

(a.4) Auto de infração – Ágio (2013/2016)

Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando à cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 410.171 atualizado até 31 de março de 2024 (R\$336.226 em 31 de dezembro de 2023). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela coligada AES Brasil Operações S.A (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 à 2016. Após a análise do auto de infração, a coligada AES Brasil Operações S.A verificou que parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração (R\$ 410.171), R\$ 117.405 seriam de responsabilidade da Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$ 283.262 atribuíveis à coligada AES Brasil Operações S.A. Em relação a parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a coligada AES Brasil Operações S.A notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a coligada AES Tietê Energia, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da coligada AES Tietê Energia. A decisão em questão exonerou o montante de R\$60.310 atualizados até 31 de dezembro de 2021. A coligada AES Tietê Energia interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à coligada AES Tietê Energia, a Companhia terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade. Sendo assim, deverá monitorar o caso, bem como a atualização dos valores.

(b) Cível

(b.1) Ação civil pública - improbidade administrativa

O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública, em julho de 2004 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a controlada AES Elpa e a Companhia, esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás. Tal ação foi proposta perante a Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo com o objetivo de questionar determinados aspectos da privatização da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. Por conta de decisão liminar concedida em agosto de 2004, pela qual foi determinada a quebra de sigilo fiscal e bancário da Companhia e dos demais réus, a Companhia interpôs agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da Terceira Região. Ao longo do processo foram proferidas uma série de decisões interlocutórias, as quais foram objetos de recursos pelas partes ao longo do processo foram proferidas uma série de decisões interlocutórias, as quais foram objeto de recursos pelas partes ao longo do processo foram proferidas uma série de decisões interlocutórias, as quais foram objeto de recursos pelas partes. Finalmente, em fevereiro de 2015, foram julgados os referidos recursos, sendo que: (i) foi afastada a ordem de quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus; e, (ii) foi recebida a inicial integralmente, a contemplar todas as supostas condutas ímprobas aventadas na inicial. O Ministério Público Federal interpôs recursos especial e extraordinário contra a decisão que versava sobre a quebra de sigilo. Os recursos especial e extraordinário aguardam julgamento perante o STJ e STF. Por outro lado, a Companhia interpôs recurso especial contra o acórdão que recebeu a inicial integralmente. Em 17 de agosto de 2017, foi publicada decisão que inadmitiu o referido recurso da Companhia. Em 12 de setembro de 2017, a Companhia e a controlada AES Elpa apresentaram recurso ao Superior Tribunal de Justiça com o objetivo de reformar a negativa de seguimento pelo Tribunal. Em novembro de 2019, transitou em julgado a decisão que negou provimento ao recurso da Companhia e da controlada AES Elpa (apresentados em face da decisão que determinou o seguimento da ação). Sendo assim, o processo voltou a tramitar em 1ª instância e os demais réus foram citados. Em 14 setembro de 2021, foi proferida decisão de 1ª instância favorável aos interesses da Companhia. Em suma, foram indeferidos os pleitos realizados pelo Ministério Público Federal de São Paulo contra AES Elpa e AES Transgás (Brasiliana Participações) relativos a suposta infração do BNDES à Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), no que se refere aos empréstimos realizados pela AES Elpa e AES Transgás (Brasiliana Participações) para aquisição de ações da Eletropaulo. Em 01 Outubro de 2021, o Ministério Público interpôs recurso de apelação, o qual será analisado pelo Tribunal.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

9.2 Seguro garantia

Em 31 de março de 2024, a Companhia possui seguros garantia para processos judiciais, conforme relação a seguir:

Natureza	31/03/2024			31/12/2023		
	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
<u>Companhia (i)</u>						
Fiscal	4	747.469	0,64% a 1,50%	4	747.380	0,47% a 1,50%

(i) Seguro garantia nos processos fiscais possíveis referentes (a) Auto de infração – aproveitamento de prejuízo fiscal no montante de R\$ 745.349 (R\$ 745.261 em 31 de dezembro de 2023); e (b) Compensações administrativas – saldos negativos de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 2.120 (R\$ 2.120 em 31 de dezembro de 2023).

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 85.299 em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, dividido em 550.000.008 ações, sendo 507.692.309 ações ordinárias e 42.307.699 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

10.2 Composição acionária

	31/03/2024		31/12/2023	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	253.846.155	50,00	253.846.155	50,00
BNDESPar	253.846.154	50,00	253.846.154	50,00
Total das ações	507.692.309	100,00	507.692.309	100,00

	31/03/2024		31/12/2023	
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	6	—	6	—
BNDESPar	42.307.693	100,00	42.307.693	100,00
Total das ações	42.307.699	100,00	42.307.699	100,00

10.3 Reservas

	31/03/2024	31/12/2023
Reservas de capital:		
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital (i)	(7.481)	(7.481)
Transferência de investimento entre sócios (ii)	11.130	11.130
Efeito de alteração de participação em controlada (iii)	(16.817)	(16.817)
Venda de participação societária da AES Serviços (iv)	17.105	17.105
Total	3.937	3.937

(i) A Reorganização Societária ocorrida em 31 de dezembro de 2016 foi precedida de uma capitalização AFAC registrado no patrimônio líquido da controlada AES Elpa em nome da Companhia, no valor de R\$ 429.200, sendo que tal capitalização deu-se sem a emissão de novas ações pela controlada AES Elpa, não havendo, portanto, diluição de seus acionistas não controladores. O montante de R\$ 7.481 representa a participação de acionistas não controladores no adiantamento para futuro aumento de capital da controlada AES Elpa, na proporção de 1,74% do capital total sobre o referido AFAC. Por se tratar de transação de capital envolvendo acionistas não controladores, este montante foi registrado no patrimônio líquido como reserva de capital.

(ii) Em 13 de junho de 2006, a AHB e BNDESPAR celebraram um Instrumento Particular de Transações e outras Avenças, por meio do qual foi cancelada a opção para que fossem transferidas as ações de emissão da AES Sul (“Opção”) de titularidade do Grupo AES para a Brasileira Energia S.A. (companhia com participações da AHB e BNDESPAR). Em contrapartida ao cancelamento da Opção, o instrumento determinou a transferência do investimento na AES Serviços para a Brasileira Energia S.A. Após eventos de reorganizações societárias, o investimento foi transferido para a Companhia. Por se tratar de uma transação de capital, a Companhia registrou a contrapartida do recebimento do investimento em conta específica no patrimônio líquido, uma vez que esta transação foi considerada transação de capital, ou seja, transações com sócios na qualidade de proprietário, não resultando em perda de controle.

(iii) Em 30 de dezembro de 2016, devido à reorganização societária ocorrida, foi assegurado o direito de recesso aos acionistas da controlada AES Elpa que dissentiram da aprovação da Cisão Parcial da Companhia, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações, com pagamento de reembolso calculado com base no valor contábil de suas ações apurado a partir das informações financeiras da controlada AES Elpa levantadas em 31 de dezembro de 2015 e divulgadas em 1º de março de 2016. Os acionistas da controlada AES Elpa titulares de 1.113.626 ações ordinárias efetivamente exerceram o seu direito de retirada. O pagamento foi realizado em 3 de fevereiro de 2017 sendo o efeito reflexo registrado na Companhia nesta data, como reserva de capital.

Em 20 de abril de 2017, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada foi aprovado o cancelamento das 1.113.626 ações ordinárias de emissão da controlada AES Elpa, as quais representavam 1,17% do seu capital social. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 95.061.053 para 93.947.427 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 98,26% para 99,42% a sua participação na referida controlada.

O valor da recompra de ações foi de R\$ 17.105, sendo reconhecido pela controlada AES Elpa como redução de capital social, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica “Efeito de alteração de participação em controlada”, o montante de R\$ 16.807.

Em 08 de outubro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o resgate de 543.313 ações ordinárias, as quais representavam a totalidade das ações de emissão da controlada AES Elpa que remanesceram em circulação após o leilão da OPA. O número total de ações da controlada AES Elpa passou de 93.947.427 para 93.404.113 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal. Sendo assim, a Companhia alterou de 99,42% para 100% a sua participação na referida controlada.

Com o respectivo e posterior cancelamento das ações houve a redução do capital social da controlada AES Elpa no montante de R\$ 5, e a Companhia por sua vez, reconheceu o efeito reflexo em seu patrimônio líquido na rubrica “Efeito de alteração de participação em controlada”, o montante de R\$ 10.

(iv) No dia 14 de maio de 2019, foi assinado o contrato de compra e venda de quotas da AES Serviços para a AES Holdings do Brasil Ltda. no qual foi efetivado após o cumprimento das condições precedentes plenamente atendidas em 01 de julho de 2019.

11. RESULTADO POR AÇÃO

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias. Os valores de resultado por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o resultado básico e diluído por ação para os períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023:

	31/03/2024	31/03/2023
Numerador:		
Resultado líquido do período proveniente de operações em continuidade	(1.510)	(1.483)
Resultado líquido do período proveniente de operações em descontinuidade	(663)	(1.616)
Resultado líquido	(2.173)	(3.099)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	507.692	507.692
Média ponderada do número de ações preferenciais	42.308	42.308
Resultado por ação		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	(0,00395)	(0,00563)
Resultado básico e diluído por ação preferencial	(0,00395)	(0,00563)

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas informações contábeis.

A Companhia não possui nenhum instrumento que tem efeito diluidor. Desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.

12. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	7	65	18	79
Atualização de créditos tributários	30	45	65	88
Atualização de depósitos judiciais	—	72	—	87
PIS e COFINS sobre receita financeira	(2)	(15)	(4)	(18)
Total	35	167	79	236
Despesas Financeiras				
Cartas de fiança e seguros garantia	(1.404)	(1.115)	(1.404)	(1.115)
Atualização monetária de processos judiciais	—	(71)	—	(86)
Juros sobre mútuo (nota nº 15.1)	(130)	(433)	(130)	(433)
Outras despesas financeiras	—	(1)	(1)	(3)
Total	(1.534)	(1.620)	(1.535)	(1.637)
Total resultado Financeiro	(1.499)	(1.453)	(1.456)	(1.401)

13. OPERAÇÃO DESCONTINUADA

Na demonstração do resultado do período de 31 de março de 2024 o total apresentado como resultado de operações descontinuadas refere-se principalmente a movimentações das obrigações da venda da ex-controlada Uruguaiana, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/03/2024	31/03/2023
Atualização da provisão para processos judiciais e outros (nota 7)	(664)	(1.540)
Atualização das indenizações gerais, outras obrigações e provisões (nota 7)	—	(230)
Atualização do Earn-Out a receber (nota 7)	1	154
Total	(663)	(1.616)

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2024		31/03/2023		31/03/2024		31/03/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	(2.173)	(2.173)	(3.099)	(3.099)	(2.173)	(2.173)	(3.099)	(3.099)
Aliquota nominal	25	9	25	9	25	9	25	9
Imposto de renda e contribuição social - Despesa nominal	543	196	(775)	(279)	543	196	(775)	(279)
Adições (exclusões):								
Resultado de equivalência patrimonial	9	3	(11)	(4)	—	—	—	—
Atualização SELIC de créditos tributários	7	3	(11)	(4)	16	6	(22)	(8)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído (i)	(439)	(158)	664	239	(439)	(158)	664	239
Diferenças temporárias sem imposto diferido constituído.	(120)	(43)	133	48	(120)	(43)	133	48
Despesa de imposto de renda e contribuição social	—	—	—	—	—	—	—	—

Em 31 de março de 2024, a Companhia e sua controlada acumulam prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias sobre os quais não foram registrados impostos diferidos ativos, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Prejuízo fiscal	154.633	98.434	171.486	114.617
Base negativa contribuição social	154.633	98.434	175.971	118.164
Diferenças temporárias	(482)	7.515	183	7.984

15. PARTES RELACIONADAS

15.1 Transação com partes relacionadas

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Mútuo:				
AES Brasil Ltda. (i)	7.640	7.276	7.640	7.276
AES Holding Brasil Ltda. (ii)	39.664	34.158	39.664	34.158
Total do passivo com partes relacionadas	47.304	41.434	47.304	41.434

(i) Em 29 de julho de 2021, a AES Brasil Ltda., parte relacionada e controlada indireta da The AES Corporation, firmou um contrato de mútuo com a Companhia no valor de R\$ 4.383, com juros de 163% do CDI + 3,04% a.a e com vencimento em parcela única em 29 de julho de 2026.

(ii) A AES Holding Brasil Ltda., parte relacionada e controlada indireta da The AES Corporation, firmou contratos de mútuo com a Companhia ao longo dos exercícios de 2022 e 2023, nos montantes totais de R\$ 19.863 e R\$ 13.600 respectivamente, com juros de 100% do CDI + 1,66% a.a e com vencimento em parcela única em 01 de junho de 2025. Em 02 e 26 de janeiro de 2024 a AES Holding Brasil Ltda firmou novos mútuos de R\$ 900 e R\$ 4.800 com as mesmas características descritas acima.

As movimentações dos mútuos em 31 de março de 2024 é como segue:

	Controladora e Consolidado		
	AES Brasil Ltda	AES Holding Brasil Ltda	Total
Saldos em 31 de dezembro 2023	7.276	34.158	41.434
Ingresso	—	5.740	5.740
Encargos financeiros	364	(234)	130
Saldos em 31 de março 2024	7.640	39.664	47.304

O impacto no resultado para os períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023 é demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Resultado				
AES Brasil Ltda (nota 12)	(130)	(220)	(130)	(433)
Total	(130)	(220)	(130)	(433)

15.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pelo Conselho de Administração. A remuneração nos períodos findos em 31 de março de 2024 e 2023 são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
Benefícios de curto prazo	1	1
Total	1	1

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

16.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada são como segue:

	Notas	Controladora				Categoria
		31/03/2024		31/12/2023		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	3	6	6	55	55	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDBs)	3	81	81	216	216	Valor Justo por meio do
Depósitos vinculados	5	28	28	28	28	Custo amortizado
Total		115	115	299	299	
PASSIVO (Circulante e não						
Fornecedores	9	6.623	6.623	7.010	7.010	Custo amortizado
Contas a pagar a Partes Relacionadas	16	47.304	47.304	41.434	41.434	Custo amortizado
Total		53.927	53.927	48.444	48.444	

		Consolidado				
		31/03/2024		31/12/2023		
	Notas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	3	50	50	96	96	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo (CDBs)	3	462	462	601	601	Valor Justo por meio do
Depósitos vinculados	5	28	28	28	28	Custo amortizado
Total		540	540	725	725	
PASSIVO (Circulante e não						
Fornecedores	9	6.624	6.624	7.012	7.012	Custo amortizado
Contas a pagar a Partes Relacionadas	16	47.304	47.304	41.434	41.434	Custo amortizado
Total		53.928	53.928	48.446	48.446	Custo amortizado

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs). Os CDBs são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

O valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e sua controlada optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao do valor contabilizado.

Para o período findo em 31 de março de 2024, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

Gerenciamento de riscos

A Companhia e sua controlada estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e sua controlada, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia e da controlada, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(a.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e sua controlada incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Consolidado	31/03/2024
Caixa e equivalentes de caixa	50
Investimentos de curto prazo	462
Total da exposição	512

(a.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e sua controlada adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados e (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

No cenário atual, a Companhia e sua controlada dependem de empréstimos e aportes de seus acionistas para honrar seus compromissos futuros com passivos financeiros e obrigações de venda da Companhia e sua controlada.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros e obrigações de venda da Companhia e de sua controlada. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado Posição em 31 de março de 2024	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	—	6.624	—	—	—
Obrigações de venda de controladas	—	7.031	18.892	—	—
Mútuo	—	—	20.663	32.093	—
Total	—	13.655	39.555	32.093	—

(a.3) Riscos de mercado

Gestão de capital

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas atuais. Em decorrência da paralisação das atividades operacionais, a Companhia gerencia seu capital com o único objetivo de cumprir com os seus compromissos financeiros associados a fornecedores, processos judiciais e contratos de mútuo com partes relacionadas.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador CDI nos investimentos e mútuos e dos indexadores SELIC e IGPM para os saldos de obrigação de vendas, aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data-base de 31 de março de 2024, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nos dados disponíveis no Banco Central, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de março de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade deles em cada cenário.

Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 31/03/2024	Projeção - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			4,80%	7,19%	9,59%	11,99%	14,39%
Investimentos de curto prazo	CDI	462	22	33	44	55	66
Mútuo	CDI	(47.304)	(2.271)	(3.401)	(4.536)	(5.672)	(6.807)
SELIC			4,80%	7,20%	9,59%	11,99%	14,39%
Contingência de PIS/COFINS	SELIC	(25.992)	(1.248)	(1.871)	(2.494)	(3.116)	(3.740)
IGPM			1,99%	2,98%	3,97%	4,96%	5,96%
Earn-Out	IGPM	69	1	2	3	3	4
Subtotal		(72.765)	(3.496)	(5.237)	(6.983)	(8.730)	(10.477)

Declaração dos diretores sobre as Informações Trimestrais:

Os Diretores da BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de março de 2024.

São Paulo, 14 de maio de 2024.

Diretores:

Rogério Pereira Jorge
Diretor Presidente

José Ricardo Elbel Simão
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relação com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente:

Os Diretores da BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, , DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de março de 2024.

São Paulo, 14 de maio de 2024.

Diretores:

Rogério Pereira Jorge
Diretor Presidente

José Ricardo Elbel Simão
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relação com Investidores